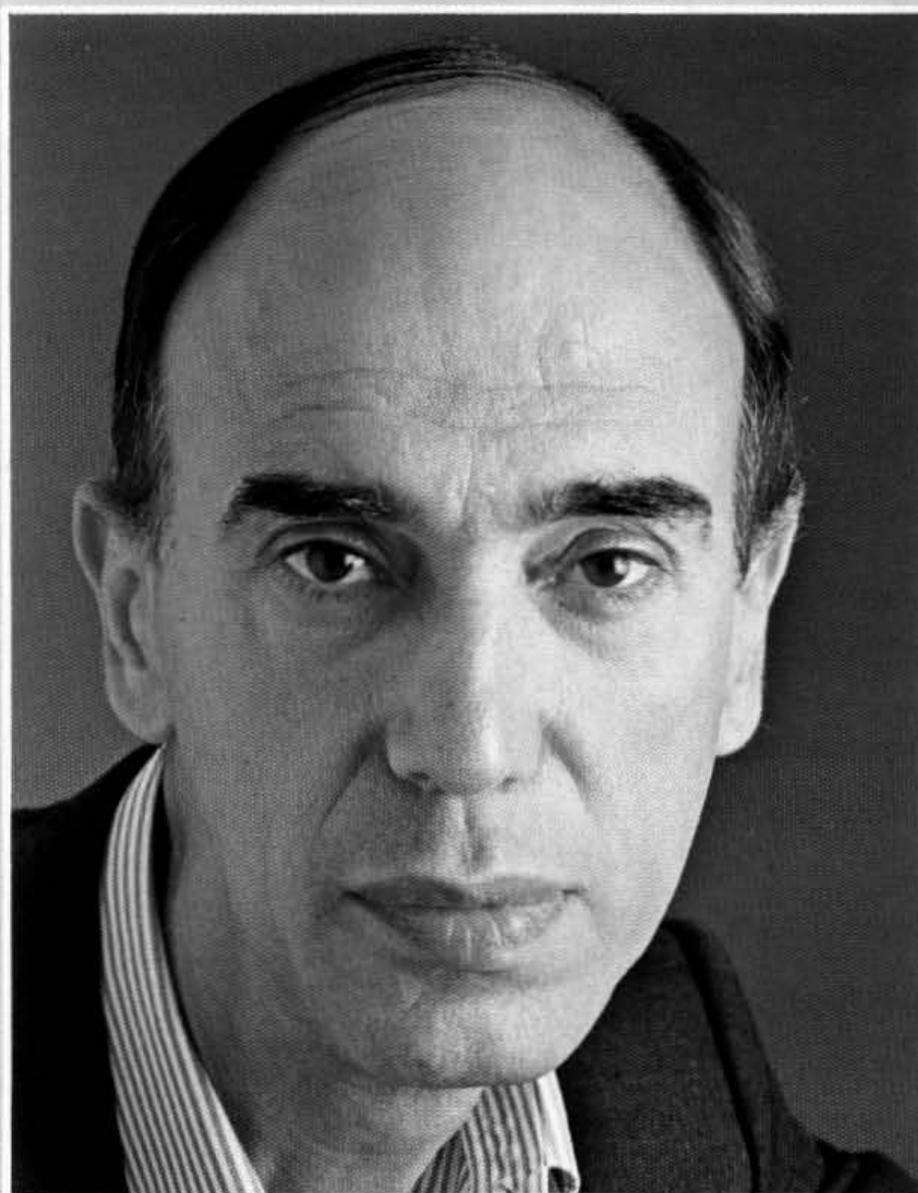


**UNIVERSIDADE E
PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL**



**MARCO
MACIEL**

Senador

SENADOR MARCO MACIEL

**UNIVERSIDADE
E PARTICIPAÇÃO
ESTUDANTIL**

1990

O AUTOR

Marco Maciel foi estudante de ativa participação, tendo sido eleito duas vezes Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), posto máximo da representação estudantil do Estado.

Quando Ministro da Educação, escolhido pelo Presidente Tancredo Neves, Marco Maciel atuou firme e decisivamente para que a União Nacional dos Estudantes (UNE), proscrita em 1964, voltasse a ter existência legal.

Marco Maciel é graduado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife — turma de 1963 — e advogado inscrito na OAB — Seção de Pernambuco.

Professor de Direito Internacional Público, na Universidade Católica de Pernambuco, também tem ministrado aulas em diversas instituições de ensino superior do País. Em 1969, esteve em Harvard (UEA) fazendo curso de extensão sobre instituições americanas.

Governou o Estado de Pernambuco de 1979 a 1982.

Eleito Senador da República em 1982, Marco Maciel é relator da nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação Brasileira, ora em discussão no Congresso Nacional.

Universidade e participação estudantil

Antes de preservar os interesses, é preciso preservar os princípios, sem os quais os interesses não sobrevivem.

É preciso que a universidade brasileira mantenha intacto o seu histórico compromisso com a excelência da educação e com os padrões de livre discussão e livre convicção, sem dúvida, o seu maior patrimônio.

Em nossos tempos de vida estudantil participamos de muitos conclaves em cujas discussões e debates haurimos positivos ensinamentos.

Como no mundo e na natureza, também a humanidade tem a sua conflituosidade própria.

O papel que nele exerce o movimento estudantil não se situa apenas no campo das idéias, mas, também, no da atuação prática. Ao papel crítico da reflexão, a que deve se

dedicar o estudante, junta-se necessariamente o da atuação prática como forma de se preparar não só para a vida profissional, como componente essencial do mercado de trabalho, mas, sobretudo, para o exercício ativo e participante da cidadania.

Se esse papel é relevante nas sociedades desenvolvidas, pois é da continuidade da participação política dos cidadãos que depende a vitalidade do organismo político e da vida social, muito mais acentuado ele se torna quando se trata dos países em desenvolvimento.

Preparação para a cidadania

O papel do estudante brasileiro, portanto, dada a natureza de sua participação na vida pública, não pode ser diferente nem diverso do que deve ser o papel de qualquer estudante, em qualquer país do mundo, na busca de soluções para o desafio de cada geração e os obstáculos de cada época.

Fazem parte da própria preparação para a cidadania, não só o exercício da reflexão crítica e das soluções possíveis para os desafios que devem constituir a parte substantiva da vida acadêmica e curricular de todas as universidades, os diferentes campos do conhecimento humano, mas, sobretudo, a ação política que pressupõe o confronto das idéias, das crenças e das convicções individuais.

Nos países em desenvolvimento, a esta função vital do movimento estudantil, deve-se

somar circunstância muito peculiar, pois os que têm acesso à universidade integram aquela parcela que termina construindo um corpo privilegiado da sociedade destinada quase sempre ao exercício do poder, compondo o que os cientistas políticos denominam de elite política.

Exatamente por isso, as duas tarefas adquirem dupla realidade social: a de se dedicarem à discussão e à reflexão crítica dos nossos problemas e desafios e, paralelamente, a de lutar de forma objetiva, e com os instrumentos a seu alcance, pela liderança nos processos de mudanças e transformações.

Uma tradição brasileira

Esse papel ativo de liderança foi exercido tradicionalmente no Brasil pelos estudantes em geral e pelos universitários em particular, antes mesmo da criação de entidades representativas do movimento estudantil, de que a UNE foi sempre a maior expressão.

Não há necessidade de referir-se aqui à contribuição que representou, em diferentes momentos de nossa história, a participação de estudantes brasileiros em etapas decisivas, como a Abolição, a República, a Campanha Civilista e, virtualmente, todas as grandes questões cívicas e políticas.

A participação que torna aberto e democrático o processo de decisão política foi sempre uma das mais persistentes características do movimento estudantil brasileiro, especialmente depois da organização da União Nacional dos Estudantes.

As uniões estaduais de estudantes, os DCE e a própria UNE supriram uma importante função política no País. Não só com o papel ativo de liderança ao lado de outras instituições representativas da sociedade brasileira, mas como verdadeiras escolas de formação cívica de líderes, que tiveram presença marcante no processo político, ao longo dos últimos 40 anos.

Participante desse processo, como dirigente estudantil, posso testemunhar o quanto foi útil para a vida pública o período de formação acadêmica de nossa geração.

O pluralismo é fundamental

Hoje, o movimento estudantil retoma a sua caminhada e volta a exercer o seu papel na vida pública brasileira.

Entendemos que o pluralismo é fundamental para que a UNE e as demais entidades estudantis cumpram o seu papel. É, porém, indispensável que na disputa democrática pela direção dos órgãos de representação estudantil e na própria militância política dos estudantes sejam assegurados os padrões da prática democrática que implicam a convivência pacífica e fraterna dos contrários.

A divergência, que é sempre conflituosa, não pode resultar na supressão das idéias, nem na destruição dos adversários. Só a livre expressão e o livre debate das idéias vitalizam o processo político.

E isso, que foi sempre a prática política do movimento estudantil brasileiro, deve ser preservado.

Os desafios e as tarefas a serem enfrentados pelos movimentos sociais que constituem a comunidade universitária brasileira são por demais importantes para que sejam sopitados, superados ou sufocados pelo interesse partidário ou de facções políticas, por mais legítimas e representativas que elas possam ser. Antes de preservar os interesses, é preciso preservar os princípios, sem os quais os interesses não sobrevivem.

E esta é, hoje, no meu entender, a tarefa histórica e ao mesmo tempo o maior desafio que o movimento estudantil brasileiro vai enfrentar, a partir deste momento crucial de sua organização.

O papel da UNE

Entendemos que a UNE tem um papel a cumprir, mas que só poderá fazê-lo à medida que preservar a vocação libertária e democrática, presente em suas origens.

As responsabilidades de que se investem os seus dirigentes, a partir da restauração democrática, que é uma conquista política de todo o País, se ampliam a proporção que as desafiadoras tarefas a serem cumpridas daqui por diante impõem necessariamente o reconhecimento de que em toda caminhada há sempre êxitos e derrotas, avanços e recuos. O que não pode haver é a interrupção da linha ascendente em busca das mudanças, que poderão ser sufocadas por toda e qualquer forma de facciosismo — que é a pior das manifestações de autoritarismo contemporâneo.

Acredito, pois, que o movimento estudantil brasileiro, através da UNE que renasceu para cumprir o papel que lhe foi reservado por um notável patrimônio de atividades em que o interesse nacional foi sempre o principal móvel de sua atuação e de seus êxitos, venha, mais uma vez, prestar sua contribuição ao País e suas instituições. De tal sorte que nós possamos, por esse caminho, consolidar as instituições democráticas e construir uma política de desenvolvimento que esteja atenta ao que o homem necessita de bem-estar e justiça social.

27 CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL
a n o s

OS 1305/90

"A participação que torna aberto e democrático o processo de decisão política foi sempre uma das mais persistentes características do movimento estudantil."

"Entendemos que o pluralismo é fundamental para que a UNE e as demais entidades estudantis cumpram o seu papel."

"O papel do movimento estudantil não se situa apenas no campo das idéias, mas também no da atuação prática."

Marco Maciel